



Petrópolis, 06 de abril de 2024.

Relatório Final da V Conferência Municipal de Promoção da Igualdade Racial de Petrópolis - COMPIR

Relatório em forma de ata da realização da **V Conferência Municipal de Promoção da Igualdade Racial de Petrópolis - COMPIR**, realizada na Casa dos Conselhos no dia 06 de abril de 2024 iniciada às 9 horas da manhã, na Av. Koeler, 260 – Centro – Petrópolis, RJ. A conferência foi realizada na modalidade presencial, com um número de inscritos que totalizam cerca de 140 pessoas no auditório presencial. A conferência iniciou com uma mesa solene composta pelas seguintes autoridades: Prefeito Rubens Bomtempo, Secretário de Governo, Marcus São Thiago, Coordenador de Promoção da Igualdade Racial, Filipe Graciano, ex-Ministro da Igualdade Racial e ex-Presidente da Fundação Cultural Palmares, Eloi Ferreira, Vereadora de Petrópolis, Júlia Casamasso e a assessora especial de gabinete do Prefeito, Karoline Cerqueira. Cada representante teve aproximadamente 05 minutos de fala fazendo suas saudações e considerações iniciais. Após a feitura da mesa solene de abertura foi apresentada a Carta Compromisso Salvaguarda da Capoeira de Petrópolis. Filipe Graciano, Coordenador de Promoção da Igualdade Racial apresentou a carta, fazendo sua leitura e explanando que a carta faz parte de um resultado construído coletivamente por cerca de mais de um ano, onde foram mapeados grupos e mestres de capoeira da cidade, e a partir de reuniões mensais, se construiu o plano estratégico de salvaguarda da capoeira, assim como, a formalização da Liga Petropolitana de Capoeira. Dizendo também que a carta firma o compromisso da Prefeitura em efetivar o plano elaborado pelo grupo de salvaguarda. Foi chamado para o ato de assinatura da carta o Exmo. Prefeito Rubens Bomtempo e o então presidente da Liga Petropolitana de Capoeira, Adilson de Santana (Bicudo). Ambas assinaram a carta e se reuniram aos demais integrantes da mesa solene para registro fotográfico. Após foi desfeita a mesa de abertura solene, dando início a conferência com a leitura do regimento interno feita pela secretária executiva



da conferência, Rafaela Máximo. Após leitura completa do regimento foi colocado para votação da plenária presente a aprovação do regimento, que por unanimidade foi aprovado. Em sequencia se apresentou a programação do dia, seguida pela composição da mesa de discussão do tema central: “**“Por uma Petrópolis Antirracista: mobilização, implementação e monitoramento do combate ao racismo no Município”**”. A mesa foi composta das seguintes autoridades: Eloi Ferreira, ex-Ministro da Igualdade Racial e ex-Presidente da Fundação Cultural Palmares, e Filipe Graciano, atual presidente do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial e Coordenador de Promoção da Igualdade Racial. Filipe Graciano apresentou Eloi Ferreira e introduziu a temática a partir de um olhar técnico para a cidade, entendendo suas dificuldades e potencialidades. Pontuando o histórico de realizações nos últimos dois anos, com destaque em sua fala para o Disque Antirracista, Festa Afro UBUNTU, Salvaguarda da Capoeira, Selo Escola Antirracista e outras realizações. Após pontuar o planejamento das ações a médio e longo prazo, Filipe Graciano passou a palavra para o palestrante Eloi Ferreira. Eloi apresentou um decágono, com destaque para o combate ao racismo presente em toda sociedade. Segiu dizendo que o racismo é uma das perversas heranças da escravidão racial de africanos e de seus descendentes que por cerca de quatrocentos anos de trabalho escravizado foram responsáveis pela construção do Estado brasileiro. Portanto, construir uma cidade racista é tarefa do Estado e de toda a nação. Para ser antirracista não é preciso ser negro ou não negro é preciso ser humanista. A luta antirracista é uma luta pela igualdade de oportunidades entre negros e não negros. Os avanços conquistados nos últimos anos, nesse sentido, foram muito importantes. Tivemos uma grande mobilização da sociedade, sobretudo, das organizações sociais do Movimento Negros brasileiro, que tiveram papel destacado na aprovação de legislações antirracistas e pela igualdade de oportunidades. Destaca-se nesse sentido a criação da Fundação Cultural Palmares, a SEPPIR - Secretaria de Políticas de Promoção de Igualdade Racial e o Ministério da Igualdade Racial. Considerando que o Estado brasileiro é a reunião dos estados, dos municípios, do Distrito Federal, dos bairros, de todos os lugares onde vivem todos brasileiros e brasileiras. Eloi Ferreira seguiu sua fala elencando algumas



iniciativas que são importantes para a construção de uma sociedade antirracista, sendo elas: 1. Realização de concursos públicos com adoção de cotas para comunidade negra(impedir concursos com uma vaga somente, pois esse é um artifício racista que tem sido adotado para não se estabelecer cotas para negros); 2. Nomeação de negros e negras no primeiro e segundo escalão da Administração Pública, nos cargos de livre nomeação; 3. Estabelecer o calendário de datas comemorativas para personalidades negras de modo a assegurar a mesma importância dada às demais personalidades; 4. Criar as condições para haja proteção e igualdade de direitos para as religiões de matriz africana em relação às outras religiões tendo em vista a lei 12.288; 5. Constituir espaços de Cultura, de memória como Museus para registro da presença africana, de cultos, de personalidades negras, etcétera; 6. Fazer parte do SINAPIR - Sistema Nacional de Promoção de Igualdade Racial, e dessa forma acessar as Políticas Públicas do Governo Federal para promoção da Igualdade Racial; 7. Acessar as ações desenvolvidas pelo MEC de implementação da Lei 10639; 8. Adotar no limite de suas competências a lei 12.288, que dispõe sobre o Estatuto da Igualdade Racial; 9. Estabelecer datas comemorativas das comunidades remanescentes de quilombos existentes no território, em homenagem aos grupos sociais oriundos da resistência contra a escravidão; 10. Nomear praças, ruas e demais logradouros em homenagem às personalidades negras antirracistas; Após fala dos palestrantes, se abriu o diálogo para perguntas da plenária. A primeira parte da conferência encerrou 12h com apresentação cultural da Salvaguarda da Capoeira de Petrópolis, seguida com a liberação do almoço. Retornando às 13h30 para segunda parte da conferência, Filipe Graciano agradeceu o retorno e empenho dos presentes e apresentou os eixos e seus respectivos coordenadores, sendo estes: Eixo I – Gênero, transversalidade, empoderamento, classe, direitos, valorização, ficando na responsabilidade de Karoline Cerqueira; Eixo II - Meio ambiente, justiça climática, direito à cidade, território e moradia, ficando na responsabilidade de Carol Brasil; Eixo III – Religiosidade, raízes, sagrado, fé, respeito, matrizes africanas, práticas religiosas, ficando na responsabilidade de Guilherme Freitas e Eixo IV - Memória, identidade, patrimônio e ancestralidade, ficando na responsabilidade de Filipe



Graciano. Após apresentação dos eixos e seus coordenadores, os grupos de trabalho se organizaram, tendo cada um 30 minutos para explanação dos temas e direcionamento das propostas. Após o tempo determinado, Filipe Graciano, condutor da conferência explicitou que conforme estabelecido em regimento interno, todas as propostas de cada grupo de trabalho seriam apreciadas pela plenária, sendo no máximo, 07 (sete) propostas por eixo temático, que tratam de competências estadual e nacional. Assim sendo, Filipe Graciano chamou a frente os coordenadores de cada eixo para apresentar as propostas apresentadas por cada eixo, sendo estas:

Eixo I – Gênero, transversalidade, empoderamento, classe, direitos, valorização:

1. Compilação de Dados e Interseccionalidade:

Propõe-se a compilação de dados em todos os serviços públicos, especialmente nas áreas de educação, assistência e saúde, levando em consideração as variáveis de gênero e raça. Isso visa abordar a interseccionalidade e entender melhor as necessidades específicas de diferentes grupos.

2. Combate e Enfrentamento à Violência de Gênero:

Implementação de cursos e capacitações obrigatórios para todos os servidores do serviço público em âmbito nacional, estadual e municipal, visando o combate e o enfrentamento à violência de gênero. Além disso, propõe-se a criação de um fluxograma de atendimento para garantir uma resposta eficaz e padronizada a esses casos.

3. Saúde Mental e Letramento Racial:

Introdução do letramento racial na área de saúde, juntamente com a implementação de uma abordagem psicológica antirracista. Isso envolve a capacitação de profissionais de saúde mental para lidar de forma sensível e eficaz com as questões específicas enfrentadas pela população negra.

4. Curso Obrigatório sobre Saúde da População Negra:

Inclusão de um curso obrigatório sobre saúde da população negra em currículos de cursos técnicos e de graduação, com foco em questões como



violência obstétrica e outras formas de discriminação e negligência enfrentadas por essa comunidade.

5. Conscientização sobre Trabalho Doméstico:

Educação nas escolas para conscientizar tanto homens quanto mulheres sobre as questões de classe, raça e gênero relacionadas ao trabalho doméstico. Isso busca desafiar estereótipos de gênero e promover uma distribuição mais equitativa das responsabilidades domésticas.

6. Plano Municipal de Combate ao Racismo ao público LGBTQIAPN:

Criação de um plano municipal específico para combater o racismo, que aborde também a violência contra pessoas LGBTQIAPN+ considerando os dados que evidenciam uma maior incidência de crimes graves contra mulheres negras e pessoas LGBTQIAPN+ negras.

7. Políticas Públicas para Pessoas Idosas Negras:

Desenvolvimento e implementação de políticas públicas direcionadas especificamente para pessoas idosas negras, visando seu empoderamento, inclusão e autonomia. Isso pode incluir programas de capacitação profissional, acesso a serviços de saúde e iniciativas de socialização.

Eixo II - Meio ambiente, justiça climática, direito à cidade, território e moradia:

Proposta 1: Assegurar o direito à moradia digna e segura, através da criação de um mapeamento entre poder público e sociedade civil com a devida qualificação, para a implementação através de construção de conjuntos habitacionais com menor número de blocos, valendo-se de espaços necessários para uma vida com moradia digna, tendo uma estrutura que dê qualidade de vida a seus moradores incluindo o saneamento básico, mobilidade urbana e acesso à lazer e cultura. De acordo com o Programa de Democratização de Imóveis da União que permite o uso de terrenos da União para construção de moradias populares, de acordo com o decreto 11.929/2024. (Municipal/ Estadual/ Nacional);

Proposta 2: Criação de um programa permanente de saúde mental para vítimas da tragédia. (Municipal/ Estadual);



Proposta 3: Assegurar o direito à educação e território através do reforço escolar e aos estudantes com dificuldade de aprendizado para estudantes afetados pela tragédia. (Municipal);

Proposta 4: Facilitar o acesso à educação, à justiça climática e à justiça racial. (Municipal/ Estadual/ Nacional);

Proposta 5: Criação de cadeiras permanentes para participação da sociedade civil (movimentos sociais e lideranças comunitárias) na comissão da defesa civil de combate à crises, através de um cadastro para definição dos representantes de movimentos sociais e lideranças comunitárias. (Municipal);

Proposta 6: Criação de abrigos permanentes/ Casas de referência que sejam descentralizados em áreas estratégicas para abrigar famílias desabrigadas por tragédias ambientais, disponibilizando suporte necessário (saúde, assistência social, suporte jurídico etc). E quando não em momentos de crise, ser usado para atividades de lazer, educação, cultura, organização social etc. (Municipal/ Estadual/ Nacional);

Proposta 7: Representação da sociedade civil através de movimentos sociais perante ao poder público. (Municipal);

Proposta 8: Melhorar o acesso de mobilidade urbana do Quilombo da Tapera através da pavimentação das ruas que levam ao Quilombo e a criação de uma linha específica para o Quilombo da Tapera. (Municipal);

Proposta 9: Garantir o direito ao território para os quilombolas da Tapera, através da posse da terra em que reside o Quilombo. (Municipal);

Proposta 10: Construir e implementar leis de prevenção aos avanços das mudanças climáticas responsabilizando as grandes empresas nacionais e multinacionais a fim de garantir a justiça climática. (Estadual/ Nacional);

Proposta 11: A criação de uma nova subida da serra petropolitana, visando a garantia da mobilidade urbana na cidade de Petrópolis. (Municipal/ Estadual);

Eixo III – Religiosade, raízes, sagrado, fé, respeito, matrizes africanas, práticas religiosas:

1- Implementar o Conselho de Liberdade Religiosa e Luta Contra o Racismo Religioso;



- 2- Destinação 0,5% do PIB da cidade para ações de combate e enfrentamento ao racismo em todas as suas manifestações.
- 3- Criação da Secretaria Municipal de Promoção da Igualdade Racial e Liberdade Religiosa;
- 4- Promover ações e financiamento voltados para a acessibilidade em LIBRAS para a comunidade surda, no âmbito da promoção da igualdade racial e combate ao racismo;
- 5- Garantir a diversidade religiosa em toda a sua extensão no plano de reformulação do Ensino Religioso (Formação continuada) da Rede Pública de Educação Municipal;
- 6- Garantir regulamentação da capelania hospitalar na rede pública de saúde de Petrópolis;
- 7- Criar o Comitê Municipal de Liberdade religiosa promovido pelo COPIR/COMPIR.

MOÇÃO: Os participantes da V Conferência Municipal de Promoção da Igualdade Racial do Município de Petrópolis/RJ vem a público se manifestar em apoio à indicação legislativa 194/2023 da Deputada Estadual Dani Balbi (PCdoB/RJ) que dispõe sobre a implantação de uma delegacia especializada em crimes raciais e delitos de intolerância - DECRADI, em Petrópolis. Tendo em vista o relatório do ISP (Instituto de Segurança Pública) que coloca Petrópolis como a terceira cidade com mais casos de racismo no estado do Rio de Janeiro.

Eixo IV - Memória, identidade, patrimônio e ancestralidade:

1. Política de Pontos de Cultura e Memória:

Implementação de uma política que estabeleça pontos de cultura e memória nas comunidades, com ênfase na reavaliação e estratégias de registro da memória. Isso envolveria a articulação com o Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial e o fomento à criação de novos pontos afroindígenas, além do fortalecimento dos já existentes.

2. Articulação entre Educação Formal e Não Formal:

Criação de um departamento de educação antirracista que promova a integração entre a educação formal e não formal. Esse departamento



trabalharia estratégias de memória, identidade e patrimônio, incluindo o letramento racial e estratégias de registro de memória para reconectar as comunidades à sua história de forma desmistificada.

3.Centro de Referência de Combate ao Racismo:

Garantia de canais de denúncia eficazes que promovam a reparação histórica para casos de racismo, incluindo a criação de um Centro de Referência de Combate ao Racismo e Intolerância. Essa iniciativa visa preencher lacunas no sistema de justiça e proporcionar suporte às vítimas.

4.Efetivação de um Museu Físico:

Estabelecimento de um museu físico dedicado à preservação e disseminação da memória negra da cidade. O museu criaria um banco de memórias afroindígenas, fornecendo um espaço físico para celebrar e honrar a herança cultural e histórica dessas comunidades.

5.Reconhecimento e Fomento de Patrimônio Material e Imaterial:

Reconhecimento, fomento e criação de patrimônio material e imaterial que rememoram a história negra da cidade, incluindo o reconhecimento de praças, ruas e bairros significativos. Poderia ser desenvolvido um circuito de memória negra para destacar locais de importância histórica e cultural.

6.Política de Valorização Permanente do Quilombo da Tapera:

Implementação de uma política de valorização permanente do Quilombo da Tapera, visando o registro efetivo da memória, identidade e patrimônio negro. Isso incluiria iniciativas de preservação, educação e promoção cultural em torno deste importante símbolo da resistência negra.

7.Trabalho da Identidade Negra através da Saúde Mental:

Promoção da identidade negra através da saúde mental, com serviços direcionados especificamente para a população negra. Isso envolveria programas e políticas que abordem as questões de saúde mental de maneira sensível e culturalmente apropriada, reconhecendo as experiências únicas e desafios enfrentados por essa comunidade.

Após aprovação em plenária das propostas dos eixos apresentados, o presidente da mesa, Filipe Graciano, inicia o processo de eleição dos delegados para Conferência Estadual de Igualdade Racial, pontuando que



somente os inscritos e credenciados como delegados poderiam pleitear a delegação. Após este esclarecimento, Filipe Graciano abre as inscrições para os delegados, iniciando pela representação da sociedade civil. De acordo com o regimento interno, para eleição da delegação que participará da etapa estadual será observado 04 vagas para representantes da sociedade civil e 04 vagas para representantes do poder público. Após foram eleitos na plenária os seguintes conselheiros para representar a sociedade civil na conferência estadual, sendo eles: Guilherme Freitas; Pamela Mércia; Simone Izídio; Jozé Luis; Alexandre Aragão. Ficando para suplentes da sociedade civil, Jacqueline Jordão e Wilson José da Luz; Após foram eleitos em plenária os seguintes conselheiros delegados para a conferência estadual para representar o poder público, sendo estes: Karol Cerqueira; Filipe Graciano; Carol Brasil e Daniel Beatriz; Após completada a eleição dos delegados para conferência estadual. Filipe Graciano entregou Moção Congratulatórias aos representantes do conselho dos anos de 2022 e 2023 presentes. Assim, se deu por encerrada por volta de 18 horas deste dia a V Conferência Municipal de Promoção da Igualdade Racial de Petrópolis. Sem mais a tratar, eu Filipe Graciano Neves, Presidente do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial de Petrópolis, lavrei a presente ata.

Comissão Organizadora

Filipe Graciano - Presidente COMPIR
José Luiz de Souza Lima - Vice Presidente COMPIR
Rafaela Máximo - Secretária
Guilherme Gomes- Conselheiro Sociedade Civil pela UNE
(União Nacional dos Estudantes)
Simone Izidio - Conselheiro Sociedade Civil
Caroline dos Santos Brasil - Conselheira Poder Público
Mônica Almeida - Conselheiro Sociedade Civil